



IV Congresso
História
da Arte
Portuguesa

Homenagem
**José-Augusto
França**

Actas

Sessões Simultâneas (2.^a edição revista e aumentada)

2014

apha
associação portuguesa de
historiadores da arte

Título

Actas do IV Congresso de História da Arte Portuguesa
em Homenagem a José-Augusto França
Sessões Simultâneas (2.ª edição revista e aumentada)

Coodenação

Begoña Farré Torras

Revisão de texto

Helena Roldão

Colaboração

Ughetta Molin Fop e Eloísa Rodrigues

Propriedade

APHA – Associação Portuguesa de Historiadores da Arte

© 2014 Autores e APHA

ISBN 978-989-20-4815-4

apha
associação portuguesa de
historiadores da arte

IV congresso de História da Arte Portuguesa
Em homenagem a José-Augusto França

Fundação Calouste Gulbenkian, 21 a 24 de Novembro de 2012

Uma iniciativa da APHA – Associação Portuguesa de Historiadores da Arte

Comissão de Honra

António Costa
Artur Santos Silva
Eduardo Lourenço
Emílio Rui Vilar
Francisco José Viegas
Jorge Sampaio
José Mattoso
Mário Soares
Nuno Crato
Nuno Portas

Comissão Organizadora

Maria Helena Barreiros
Pedro Flor
Raquel Henriques da Silva

Comissão Executiva

Begoña Farré Torras
Isabel Falcão
Joana Monteiro

Comissão Científica

Ana Tostões, Instituto Superior Técnico
António F. Pimentel, Museu Nacional de Arte Antiga
José C. Vieira da Silva, Universidade Nova de Lisboa
Mário Barroca, Universidade do Porto
Myriam A. R. de Oliveira, Universidade Federal do Rio de Janeiro
Raquel Henriques da Silva, Universidade Nova de Lisboa
Sylvie Deswarte-Rosa, Centre National de la Recherche Scientifique-Lyon
Vitor Serrão, Universidade de Lisboa
Walter Rossa, Universidade de Coimbra

ÍNDICE

Nota à 2.ª Edição	8
--------------------------------	----------

SESSÃO TEMÁTICA 1 – DA “ARTE COLONIAL” ÀS “ARTES E A EXPANSÃO”: DINÂMICAS RECENTES

<i>José Coelho de Noronha, arquiteto: um mestre lisboeta nas Minas Gerais setecentistas</i>	9
André Guilherme Dornelles Dangelo	

<i>Bom Jesus de Goa: a Igreja da Casa Professa como testemunho do trabalho missionário dos jesuítas na Índia</i>	16
António Nunes Pereira	

<i>Um calígrafo/pintor de manuscritos em Vila Rica no século XVIII: reflexões sobre interlocuções culturais.....</i>	17
Márcia Almada	

<i>Relay race with a silver statue: the interaction of the Portuguese Viceroy with an image of Saint Francis Xavier in Goa.....</i>	27
Urte Krass	

<i>A salvaguarda do património arquitectónico ultramarino durante o Estado Novo (1958-1974)....</i>	28
Vera Félix Mariz	

SESSÃO TEMÁTICA 2 – ARTE CONTEMPORÂNEA EM CONTEXTO. ARTE PÚBLICA, NATUREZA E CIDADE

<i>Monumentos coloniais em tempos pós-coloniais. A estatuária de Lourenço Marques</i>	36
Gerbert Verheij	

<i>Os sistemas de encomenda de Arte Pública do Estado Novo e a configuração de espaços de representação na cidade de Lisboa: o exemplo da zona marginal de Belém</i>	46
Helena Elias	

<i>A basílica da Santíssima Trindade do Santuário de Fátima: a nova paisagem artística da Cova da Iria</i>	54
Marco Daniel Duarte	

<i>Financiamento privado na Arte Pública</i>	64
Sónia Isabel Santos da Rocha	

SESSÃO TEMÁTICA 3 – AS ARTES DECORATIVAS NO ESPAÇO PORTUGUÊS

<i>Os “Panos da Índia” em Portugal: integração e consumo dos artigos têxteis asiáticos na sociedade portuguesa dos séculos XVI a XVIII.....</i>	72
Maria João Pacheco Ferreira	

<i>As artes decorativas na capela de S. João Baptista: significado teológico-político.....</i>	82
Elisabete Correia Campos Francisco	

<i>Fragmentos da indumentária fúnebre do arcebispo Dom Gonçalo Pereira: entre lampassos, bordados e passamanaria</i>	87
Paula Monteiro, Ana Claro, Cristina Dias, António Candeias	

<i>Os inventários dos bens de D. Filipa de Sá, condessa de Linhares (c. 1542-1618).....</i>	98
Cátia Teles e Marques	

SESSÃO TEMÁTICA 4 – A CASA NOBRE PORTUGUESA NO RESCALDO DOS SOLARES PORTUGUESES

<i>O palácio do Monteiro-Mor e a visão da arquitectura civil lisboeta na primeira metade de Setecentos por João Gomes da Silva (1671-1738), 4.º conde de Tarouca</i>	99
Maria João Pereira Coutinho	
<i>“Eu em todas tinha vontade de fazer aposento segundo a terra.” (Re)definições da habitação nobre tomando a Casa de Sortelha como perspectiva (séculos XVI e XVII)</i>	110
Luísa França Luzio	
<i>A casa do Barão de Quintela na Rua do Alecrim</i>	111
Inês Pais Gonçalves	
<i>O Palácio de Estoi, obra de Manuel Caetano de Sousa?</i>	121
José Eduardo Horta Correia	
<i>O núcleo de “escadas reais” e a formação de um modelo de palácio barroco: de João Antunes a André Soares</i>	122
Helder Carita	

SESSÃO ABERTA 1 – JOSÉ-AUGUSTO FRANÇA: O LEGADO CRÍTICO E HISTORIOGRÁFICO

<i>A resistência do objecto à história da arte contemporânea: sobre a persistência do legado de José-Augusto França na escrita da história da arte em Portugal</i>	133
Mariana Pinto dos Santos	
<i>O lugar da crítica da arte na obra de José-Augusto França: cruzamentos e mediações (1947/1977)</i>	134
Cristina de Sousa Azevedo Tavares	
<i>O significado da obra de José-Augusto França na leitura da arquitetura do século XX português</i>	141
Rui Jorge Garcia Ramos	
<i>(Re)Ver Machado de Castro e João José de Aguiar</i>	148
Miguel Figueira de Faria	
<i>Lisboa levantada do chão</i>	162
Renata Malcher de Araujo	

SESSÃO TEMÁTICA 5 – CROSSING BORDERS – HISTÓRIA, MATÉRIAS E TÉCNICAS ARTÍSTICAS

<i>Crear en cera, una obsesión constante por un material metafórico</i>	175
Alicia Sánchez Ortiz	
<i>Ângelo de Sousa: documentar obra e criar documentos</i>	180
Paula Parente Pinto	
<i>Um contributo da Conservação e Restauro para o estudo da escultura monumental em barro cozido policromado do Real Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça – os escultores</i>	188
André Varela Remígio, João Pedro Veiga, Carlos Moura	
<i>A técnica e a cor do romantismo pelas mãos de Tomás de Anunciação</i>	200
Diogo Sanches, Ângela Ferraz, Tatiana Vitorino, Leslie Carlyle, Márcia Vilarigues, Rita Macedo, Maria João Melo	
<i>Um códice modernista: Amadeo e La Légende de Saint Julien l’Hospitalier</i>	208
Ana Margarida Silva, Cristina Montagner, Márcia Vilarigues, Rita Macedo, Maria João Melo, Marcello Picollo, Adelaide Miranda, João A. Lopes	

<i>No ateliê do pintor naturalista: espaços, equipamentos e materiais</i>	217
Ângela Ferraz, Leslie Carlyle, Rita Macedo	
<i>Os azuis na pintura de Nuno Gonçalves</i>	225
José Mendes, António João Cruz, António José Candeias, José Mirão	

SESSÃO TEMÁTICA 6 – HISTÓRIA DA CIDADE: NOVAS FRONTEIRAS EPISTEMOLÓGICAS PARA O SÉCULO XXI

<i>Columbano Bordalo Pinheiro, a cidade e o interior burguês</i>	232
Manuel Villaverde	
<i>Lisboa no Cinema Novo Português</i>	241
Luís Urbano	
<i>Interrogar e divulgar a Cidade: o passado activo de Lisboa</i>	246
Paula André	
<i>“Cidade e Espectáculo”: um modelo de laboratório em história da cidade</i>	251
Maria Alexandra Gago da Câmara, Helena Murteira	
<i>Pensar a cidade e a sociedade: Lisboa</i>	260
Mafalda Teixeira de Sampayo, Teresa Marat-Mendes	

SESSÃO TEMÁTICA 7 – HISTORIOGRAFIA E CRÍTICA DA ARTE EM PORTUGAL

<i>Les Arts en Portugal by Count Atanazy Raczyński - New Approach to the Legacy of Early Art History in Portugal</i>	269
Dorota Molińska	
<i>El Greco en el Modernismo portugués: de la influencia intuitiva a la copia directa</i>	274
Antonio Trinidad Muñoz	
<i>Estética de Almada Negreiros: Mestres e fundamentos filosóficos</i>	275
Maria de Fátima Lambert	
<i>A crítica de arte debaixo de fogo: “serviço de utilidade” ou “moral de combate”? O I Encontro dos Críticos de Arte (1967) e os escritos de António Areal</i>	284
Catarina Rosendo	

SESSÃO TEMÁTICA 8 – MUSEUS, EXPOSIÇÕES E COLECÇÕES

<i>O acervo de pintura portuguesa da pinacoteca da Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro: considerações sobre a sua constituição e suas funções</i>	290
Arthur Valle, Camila Dazzi	
<i>A “viragem” museológica. O Estado Novo apropria-se dos Palácios Nacionais</i>	297
Maria de Jesus Monge, Luís Filipe da Silva Soares	
<i>Projecto adiado: o Museu de Arte Contemporânea, em Lisboa. 1934-1943</i>	298
João Paulo Martins	
<i>João Couto e a formação dos conservadores dos museus, palácios e monumentos nacionais (1935-1962)</i>	299
Maria Madalena Cardoso da Costa	
<i>Como se forma uma museóloga? Contributos para o estudo de Maria José de Mendonça (Museu Nacional de Arte Antiga, 1933-1938)*</i>	312
Sofia Lapa	

SESSÃO ABERTA 2 – TEMAS DE ARTE MEDIEVAL

<i>Speaking with hands in Medieval visual culture. The imaging of gesture language in the Lorvão Apocalypse.</i>	323
Alicia Miguélez Cavero	
<i>As gárgulas e os livros sobre os “peccados comuns e geeraes a todos os estados”</i>	324
Catarina Fernandes Barreira	
<i>A microarquitectura nos túmulos de D. Pedro e D. Inês de Castro</i>	333
Francisco Teixeira	
<i>La muerte de la Reina de Portugal en Zaragoza en 1498: duelo, patronazgo artístico y ajuar doméstico</i>	339
Begoña Alonso Ruiz	
<i>“Um bom e fermoso paço do concelho” no “milhor e mais nobre lugar da uila”</i>	348
Luísa Trindade, Caroline Aragão Cabral	

SESSÃO TEMÁTICA 9 – PORTUGAL E A EUROPA 1500-1800: PRESENÇAS E INFLUÊNCIAS

<i>A circulação de formas, modelos, teorias e proporções pela via da tratadística: as experiências efetuadas nos claustros portugueses do Renascimento</i>	359
Ana Duarte Rodrigues	
<i>Reflexos da tratadística na arte beneditina portuguesa</i>	371
Eva Sofia Trindade Dias	
<i>La policromía barroca en la Catedral de Tui. Maestros portugueses (1695-1742)</i>	382
Francisco Javier Novo Sánchez	
<i>“Las Salesas Reales”, lugar de encontro para as culturas artísticas espanhola e portuguesa em tempos de Dona Maria Bárbara de Bragança</i>	391
Iván Rega Castro	
<i>Tracce sull’apprendistato romano dei pittori portoghesi al tempo di João V: i taccuini di João Ströberle (1741-1742)</i>	401
Sabina de Cavi	

SESSÃO TEMÁTICA 10 – O RETRATO

<i>Rostos da Lusitânia: uma introdução ao retrato escultórico na Antiguidade Clássica e Antiguidade Tardia no actual território português</i>	402
Filomena Limão	
<i>“Tirados assaz bem ao natural”: pistas para pensar a concepção de retratística na arte medieval através da tumulária feminina trecentista em Portugal</i>	409
Joana Ramôa Melo	
<i>Estrategia familiar y prestigio cortesano en los retratos de Don Manuel de Moura y Corte Real, II marqués de Castel Rodrigo</i>	421
David García Cueto	
<i>Retratos do actor como celebridade. Contaminação entre a pintura e o teatro nos retratos de David Garrick.</i>	428
Maria Carneiro	
<i>Crise do retrato: dissolução ou deslocamento do género? O estranho caso de Lourdes Castro ...</i>	435
Bruno Marques	

SESSÃO TEMÁTICA 11 – “VAI E VEM”: QUESTÕES DE CULTURA VISUAL

<i>Para além da “arte”: habitus e imagem</i>	442
Maria Inês Afonso Lopes	
<i>Da poesia plástica ao pensamento visual: inquérito de um possível trajecto</i>	448
Emília Pinto Almeida	
<i>Panofsky e a tradição da Bildwissenschaft, para lá do cerco ao método iconológico</i>	454
Maria Coutinho	
<i>Regimes escópicos. Da descontinuidade da visão aos limites da visualidade</i>	462
Sílvia Pinto	

SESSÃO ABERTA 3 – PÚBLICO E PRIVADO, DO ANTIGO REGIME À MODERNIDADE

<i>O Colégio Real de São Paulo em Coimbra e a definição do tipo de colégio secular</i>	469
Rui Lobo	
<i>A emergência da arquitetura pública na 2.ª metade do século XVIII. Novas tipologias: José da Costa e Silva (1747-1819) e a encomenda do Hospital Militar de Runa (1792).</i>	480
José de Monterroso Teixeira	
<i>O que Cirilo não sabia sobre Giovanni Grossi e os outros estucadores suíços em Lisboa</i>	490
Isabel Mayer Godinho Mendonça	
<i>“Beckford Hill” ou quinta de Monserrate. Um projecto inspirado pelo sentido do lugar.</i>	499
Maria João Neto	
<i>O design de interiores domésticos em Portugal: (re)interpretar e (re)inventar face à condição da modernidade. O espaço quotidiano projectado como um todo.</i>	500
Mónica Romãozinho	

SESSÃO ABERTA 4 – ARQUITECTURA PORTUGUESA

<i>Super-realismo, ou o involuntário surrealismo de Cassiano Branco</i>	509
Paulo Tormenta Pinto	
<i>O Enigma da Hora: surrealismo e arquitectura portuguesa</i>	516
Jorge Figueira	
<i>A Construção do Quotidiano: Arquitectura ‘Bread-and-butter’ no Sul de Portugal, 1925-1950</i> ..	518
Ricardo Agarez	
<i>Casas de emigrantes e insurreição estética no “berço” da Nação. Imagens, representações e discursos sobre a paisagem em Portugal.</i>	526
Isabel Lopes Cardoso	
<i>O Inquérito à Arquitectura Regional: contributo para uma historiografia crítica do Movimento Moderno em Portugal</i>	535
Maria Helena Maia, Alexandra Cardoso	

ÍNDICE DE AUTORES	553
--------------------------------	-----

APOIOS	554
---------------------	-----

Nota à 2.ª Edição

A presente publicação recolhe versões revistas e aumentadas das comunicações apresentadas nas Sessões Simultâneas do IV Congresso de História da Arte Portuguesa em Homenagem a José-Augusto França, que teve lugar na Fundação Calouste Gulbenkian de 21 a 24 de Novembro de 2012. Trata-se, portanto, da segunda edição destas Actas, cuja primeira edição foi publicada no CD entregue aos participantes e público do Congresso junto com o livro de resumos.

As comunicações aqui contidas seguem a ordem do programa de trabalhos do Congresso, estando portanto organizadas em sessões temáticas e com indicação da data de apresentação.

No caso dos autores que optaram por não publicar neste volume a versão revista da sua comunicação, aparece em seu lugar apenas o resumo da mesma, desde que aprovado pelo autor.

Foram uniformizadas as listas bibliográficas que aparecem no fim de cada comunicação, tendo-se deixado no entanto à escolha dos autores a norma de referência bibliográfica utilizada no texto e nas notas de rodapé, bem como a adopção ou não do Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Errata

As imagens que acompanham os textos *Rostos da Lusitânia: uma introdução ao retrato escultórico na Antiguidade Clássica e Antiguidade Tardia no actual território português* (p. 402) e *O que Cirilo não sabia sobre Giovanni Grossi e os outros estucadores suíços em Lisboa* (p. 490) foram originalmente omitidas por erro e aparecem agora no fim do volume, nas páginas 447-449 e 450-452 respectivamente.

22 NOVEMBRO SESSÃO ABERTA 2 – TEMAS DE ARTE MEDIEVAL**“Um bom e fermoso paço do concelho” no “melhor e mais nobre lugar da uila”****Luísa Trindade**

Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra

Caroline Aragão Cabral

Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade de Coimbra

Em território português, os paços do concelho são uma conquista do século XIV: surgidos na segunda década e divulgados nos anos 30-40, constituem uma realidade comum e extensível a todo o reino em finais da década de 80¹.

O designativo “paço”, mais do que uma arquitectura qualificada, caracteriza, por analogia com a morada régia ou senhorial, um espaço de poder, neste caso a sede do poder local, no qual o monarca delega parte substancial da sua autoridade. A par de edificações comuns ou do aproveitamento de velhas torres defensivas (Coimbra, Silves, Penamacor e Melgaço), tentou-se desde os primeiros momentos dotar os concelhos de “bons e fermosos paços”. Intenção comprovada pelos mais antigos casos conservados: Bragança, Estremoz², Monsaraz e Avis³, todos eles de meados de Trezentos.

A sua análise conjunta permite elencar alguns traços comuns. Em primeiro lugar, a absoluta centralidade da localização, invariavelmente junto à igreja matriz. Tal como os templos contíguos, distinguem-se do casario comum pelos materiais em que são edificados preterindo a vulgaridade e fragilidade da madeira a favor da pedra. Mas distinguem-se também pelo cuidado na concepção dos vãos ainda que estes encontrem a sua principal explicação num conjunto de opções programáticas.

E aqui emerge um outro denominador comum que importa valorizar: a concepção de um espaço vazado e permeável, a um tempo protegido e aberto ao exterior. Como já tivemos oportunidade de analisar detalhadamente, em Estremoz e Monsaraz o espaço surge bipartido, associando um

¹ Referidas sobretudo em trabalhos de âmbito monográfico, e como tal numa perspectiva isolada e essencialmente descritiva, os paços do concelho ou casas da Câmara têm despertado nos últimos anos um interesse renovado. Aos trabalhos das autoras deste texto, desenvolvidos com enfoques e cronologias diversos, soma-se a recente investigação de fundo de Carlos Caetano. A sua recolha exaustiva possibilita, pela primeira vez, uma visão global do conjunto de edifícios dedicados à gestão concelhia em todo o espaço nacional, entre os séculos XIV e XVIII. Veja-se Caroline Almeida Aragão Cabral, *Casos de Câmara do séc. XV ao séc. XVIII: Uma análise da evolução* (Prova Final de Licenciatura, Universidade de Coimbra, 2003); Luísa Trindade, *Urbanismo na composição de Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidad de Coimbra, 2013 (1.ª ed. de 2009); Carlos Caetano, *As Casas da Câmara dos Concelhos Portugueses e a Monumentalização do Poder Local (Séculos XIV a XVIII)*, (tese de doutoramento, Universidade Nova de Lisboa, 2011); Luísa Trindade, “Casas da Câmara ou Paços do Concelho: espaços de poder na cidade tardo-medieval portuguesa”, in *Evolução da paisagem urbana: sociedade e economia*, ed. Arnaldo Sousa Melo e Maria do Carmo Ribeiro, (Braga: Citcem, 2012), pp. 209-227; Caroline Almeida Aragão Cabral, *Casos de Câmara. Quatro Paços na Consolidação de um Modelo*, (dissertação de mestrado, Universidade de Coimbra, 2012).

² José Custódio Vieira da Silva, *Paços medievais portugueses*, (Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico, 2002), pp. 89-90.

³ Jorge Rodrigues, “Os Paços medievais de Avis”, in *Carlos Alberto Ferreira de Almeida: memoriam*, coord. M. Barroca, (Porto: FLUP, 1999), pp. 303-307.

corredor/galeria a uma vasta sala. Em ambos os casos a ligação faz-se por um portal ladeado por janelas duplas num esquema similar ao das salas capitulares monásticas e catedralícias onde o dispositivo portal-dupla janela se rasga sobre uma das naves ou galerias do claustro. Como se, quando confrontados com a necessidade de criar um espaço próprio para as suas reuniões, os homens-bons tivessem procurado inspiração nas salas do capítulo, funcionalmente idênticas e já amplamente testadas, por eles próprios, aliás, que a elas tantas vezes recorriam por empréstimo. Nos claustros, como agora nas casas da Câmara, a solução de galeria associada a uma sala rasgada por uma série de janelas respondia a duas exigências principais: fazer preceder o espaço de reunião de um espaço de espera capaz de albergar um número considerável de pessoas; criar, entre um e outro, e logo entre os membros que reúnem no interior e os que aguardam e observam do exterior, uma relação visual e auditiva permitindo diferentes níveis de participação⁴.

Reduzido ao salão, mas desenvolvendo até a permeabilidade entre interior/exterior, o edifício de Bragança surge rasgado em todas as faces por arcaria contínua. Na ausência de outros testemunhos materiais saliente-se como a recorrência a soluções vazadas — arcarias, galerias, pórticos ou simples alpendres — é amplamente reforçada pela documentação, bastando para tal lembrar o “Paço em arcos”, do Porto⁵, ou as “castras” de Évora⁶ e Montemor-o-Novo⁷.

Esta opção tipológica foi, aliás, comum a toda a zona de influência mediterrânica. Da Lombardia à Península Ibérica, as *laubias*, *loggeas* ou *lonjas* tornaram-se um traço identificativo dos edifícios camarários. A fortuna do modelo justifica-se por uma longa associação entre espaços porticados e duas práticas concretas: o exercício da justiça⁸ e o desenrolar de atividades comerciais⁹. Ora qualquer destas duas funções ocupou um lugar central na gestão concelhia.

Era em pórticos térreos que os monarcas ou os seus representantes exerciam a justiça. A justiça concelhia, ela própria um braço da justiça régia, adoptaria o mesmo esquema. Associada à função judicial, a utilização da Casa da Câmara para atividades comerciais terá sido, porventura, até mais determinante. Os Paços concelhios acolhiam no seu interior, ou na sua proximidade imediata, o monopólio de determinadas transações. Por necessidade de controlo e fiscalização, a venda de cereais e carnes recaía sob a sua alçada direta, pelo que fangas e açougues ocuparam frequentemente o piso térreo dos edifícios camarários. E também para tal as arcadas surgiram como a resposta mais adequada. Viana do Castelo (à época Viana da Foz do Lima), Guimarães, Braga, Vila do Conde, Leiria, Coimbra e Setúbal são alguns exemplos de uma lista interminável.

Em síntese, tudo parece concorrer para a adopção de estruturas vazadas nos edifícios destinados à gestão urbana: a possibilidade de reunir de forma mais ou menos alargada consoante os assuntos em debate; o exercício e visibilidade da justiça; a acessibilidade nas trocas comerciais, são ações que explicam a associação entre espaços fechados e outros que estabelecem uma relação aberta com a envolvente urbana.

⁴ Luísa Trindade, *Urbanismo na composição de Portugal*, pp. 631-634. Sobre a casa do capítulo “cabeça do claustro” e sua configuração, veja-se Heidrun Stein-Kecks, “‘Clastrum’ and ‘capitulum’: some remarks on the façade and interior of the chapter house”, in *Der mittelalterliche Kreuzgang: The medieval cloister — le cloître au Moyen Âge, architecture, fonction und programm*, (Regensburg: Schell-Steiner, 2003), pp. 157-160.

⁵ Artur de Magalhães Bastos, “Notas e comentários: os diversos paços do concelho da cidade do Porto”, in *Vereações, anos de 1390-1395. O mais antigo dos Livros de Vereações do Município do Porto existentes no seu Arquivo*, (Porto: Câmara Municipal, 1937), pp. 252-258.

⁶ Gabriel Pereira, *Documentos históricos da cidade de Évora*, (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, fac-símile da edição de 1885, 1998), p. 144.

⁷ A. Banha de Andrade, *Breve História das ruínas do antigo burgo e concelho de Montemor-o-Novo*, (Évora: Grupo dos Amigos de Montemor-o-Novo, 1977), p. 15.

⁸ José Custódio Vieira da Silva, *Paços medievais portugueses*, pp. 216-217.

⁹ *Logge e/y Lonjas. I luoghi del commercio nella storia della città. Los lugares para el comercio en la Historia de la ciudad*, a cura di Giancarlo Cataldi e Roberto Corona, (Firenze: Alínea, 2002).

Na segunda metade de Quatrocentos, testado e apurado o programa, parece estar definida uma estrutura tipo. Para esta época contamos com um número muito superior de casos, mesmo que alguns apenas por registo gráfico ou escrito. A explicação para tal reside no surto construtivo que, de norte a sul, varreu todo o reino, atingindo o auge no governo de D. Manuel. É nesta época que expressões como “um bom e fermoso paço do concelho” no “milhor e mais nobre lugar da uila” ganham todo o sentido. O crescimento generalizado das vilas e cidades aliado à vontade política de configurar uma “nova centralidade”¹⁰, concentrando nas novas praças fora de portas os principais equipamentos urbanos e os símbolos tangíveis de um estado centralizado, cria a oportunidade ideal para a reedificação das sedes concelhias, agora com uma maior visibilidade e um marcado impacto urbanístico.

Insistentemente, as vereações reclamam novos edifícios, mais condizentes com a nobreza do burgo, mas também com a “nobreza” a que essas mesmas elites se pretendem guindar. “Estas aristocracias urbanas mimetizam os códigos e valores da aristocracia de sangue. Vestem-se à maneira da nobreza, habitam nas melhores ruas, rodeiam-se de criadagem. Desfilam nas procissões e nos cortejos em montadas ricamente ajazeadas e envergando vestes e joias ricas e deslumbrantes, entram na igreja com grandes comitivas e ocupam os lugares mais honoráveis”. Enfim, “ostentam a riqueza, o poder e a honra. Em vida e na morte”¹¹.

Não admira, por isso, que na consolidação do modelo arquitectónico da sua sede de atuação política seja igualmente detetável uma aproximação deliberada à imagem do paço nobre. Não se trata apenas das arcadas cuja presença se justifica (também) por questões funcionais, embora esse seja já um primeiro ponto de contacto. Referimo-nos à apropriação de elementos da iconografia paçã, como os coroamentos ameados, as pedras de armas ou a adopção da torre.

Da conjugação destes elementos resulta uma tipologia que, sobretudo a norte, revela uma consistência invulgar: é surpreendente a proximidade entre as casas da Câmara de Barcelos, Viana, Guimarães, Freixo de Espada à Cinta, Braga ou Vila Real.

Trata-se, em todos os casos, de um edifício isento de volumetria rectangular, com arcada térrea ocupando toda a fachada principal e parcialmente as laterais, piso nobre rasgado por amplas janelas e coroados por ameias.

Remetem para a composição do corpo joanino do Paço de Sintra, do Paço de Belas ou da Casa Cordovil, em Évora. Aliás, de que a arquitetura nobre era um paradigma conscientemente mimetizado pelas vereações, são testemunho os modelos escolhidos pelos homens-bons portugueses para a torre que erguiam em 1443¹²: uma escada idêntica à “do Paço do Senhor Bispo, que vai para a sua Câmara”; um tecto para a sala de reuniões, feito “pela guiza que Nosso Senhor El-Rei mandou fazer a sala do castelo de Lisboa” ou doutra “guisa melhor ainda”¹³.

Chaves, Monção, Póvoa do Varzim, Vila Flor ou Guarda seguem o modelo embora simplificando-o, prescindindo, por exemplo, do renque de ameias. Demostram igualmente a fortuna do modelo ao

¹⁰ Walter Rossa, “A Cidade Portuguesa”, in *História da Arte Portuguesa*, dir. Paulo Pereira, (Lisboa: Círculo de Leitores, 1995), vol. 3, pp. 260-263.

¹¹ Maria Helena da Cruz Coelho, “O Estado e as Sociedades Urbanas”, in *A Génese do Estado Moderno no Portugal Tardo-Medieval (Séculos XIII-XV)*, (Lisboa: UAL, 1999), p. 284.

¹² Além do edifício de Estremoz, assinado pelo mestre Anton, nada sabemos da autoria dos restantes. Note-se, todavia, que os equipamentos concelhios, no caso dos açougues, mereceram frequentemente uma atenção acrescida por parte das autoridades que, para a sua edificação, recorreram a arquitetos de renome e com provas dadas ao serviço da Coroa: o de Coimbra, entregue por D. Manuel a Diogo Boutaca; o de Beja, mandado edificar, em meados do século XVI, pelo Infante D. Luís, supostamente com traça de Diogo de Torralva; o de Elvas, erguido sob orientação de Francisco de Arruda.

¹³ Artur de Magalhães Bastos, “Notas e comentários: os diversos paços do concelho da cidade do Porto”, pp. 252-258.

longo de todo o século. Facto que é agora corroborado pelo Paço de Guimarães, um dos mais emblemáticos deste grupo e até agora datado dos anos imediatos a 1516, quando os vereadores diziam ser necessária uma “nova casa do concelho como cumpria à vila, porque a que tinham era a pior do reino e muito desbaratada”.

Nova documentação, todavia, obriga a reequacionar os tempos de construção. Trata-se do levantamento de Guimarães de 1569, recentemente identificado na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro¹⁴ e do Tombo de 1612¹⁵. O rigor do primeiro aliado ao pormenor do segundo confirma que o edifício, na feição que hoje lhe conhecemos, só poderá ter sido erguido entre essas duas datas, nunca antes. A credibilidade do levantamento quinhentista, aferida no registo do Castelo, do Paço dos Duques, dos arruamentos ou na configuração dos quarteirões, não permite pôr em dúvida a realidade representada no local onde hoje se situa o Paço do Concelho, nem tão pouco a sua relação com a praça de S. Tiago, então muito diferente. Efetivamente, em vez do paço retangular, de fachada paralela ao largo da Oliveira, surgem claramente desenhados dois topos de edifícios estreitos, lado a lado. Já no Tombo, redigido meia centena de anos depois, descreve-se minuciosamente uma configuração que, nas suas linhas gerais, facilmente se identifica com a atual: um edifício que alberga a câmara e audiência no piso superior, assente sobre arcos onde vendem as hortaliças¹⁶.

Em Castelo Branco, Vila do Conde, Castelo Novo, sobretudo em Évora ou nos já mais tardios edifícios de Angra do Heroísmo e Palmela as janelas do piso nobre dão lugar a varandas, dispositivo de enorme referencial simbólico, palco e cenário dos principais atos da gestão concelhia a partir de onde a vereação vê e é vista. E também aqui não é difícil encontrar as principais referências: composições de fachadas conjugando arcarias térreas sobrepujadas por varandas, encontravam-se no emblemático Paço da Ribeira, no Paço régio de Coimbra¹⁷, no Marujal¹⁸ (Montemor-o-Velho), na Bacalhoa (Azeitão), no palácio dos Condes de Basto (Évora) ou no Paço de Arcos (Oeiras), para referir apenas alguns exemplos.

¹⁴ Mário Gonçalves Fernandes, “As plantas ‘De Guimarães’ e ‘De Vila do Conde’, da Biblioteca Nacional do Brasil”, in *III Simpósio Luso-Brasileiro de cartografia histórica, Anais*. (Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2009). A planta foi, entretanto, publicada pela Sociedade Martins Sarmento. Sobre o cotejo dos dois documentos veja-se Caroline Aragão Cabral, *Casos de Câmara. Quatro Paços na Consolidação de um Modelo*, pp. 55-65.

¹⁵ Publicado por Alberto Vieira Braga, *Administração Seiscentista do Município Vimaranense*. (Guimarães: Câmara Municipal, 1992) pp. 275- 286.

¹⁶ Nesta tipologia cada piso corresponde a um conjunto de funções diferentes e de espaços especializados. O térreo alberga essencialmente as funções comerciais e a cadeia; o piso superior corresponde à dupla valência do edifício camarário: sala do conselho e tribunal ou, utilizando a terminologia coeva, câmara e audiência. A primeira, em regra um amplo salão onde decorriam as “vereações”, surge também designada como “*casa da fala*” ou “*relação*”. É a divisão por excelência que, mais tarde e por antonomásia, virá a designar todo o edifício. O princípio de progressiva privacidade enunciado por D. Duarte no *Leal Conselheiro* a propósito do paço nobre é também o que rege a estrutura do paço concelhio. Por isso a disposição da audiência e câmara nada tem de aleatório. À primeira, onde oficiais e magistrados acolhem diariamente as queixas de um número significativo de munícipes, destina-se o compartimento de mais fácil e direto acesso a partir do exterior. À câmara, espaço em que cada vez mais apenas um número restrito de homens tinha assento, correspondia a divisão de acesso mais recatado. Num decalque perfeito das palavras de D. Duarte, no seu interior só “*os maiores e mais chegados de casa devem haver entrada*”. É essa mesma crescente restrição à participação nas tomadas de decisão que justifica que nalguns casos existisse um outro compartimento, de menores dimensões, expressamente concebido para a discussão de assuntos do maior secretismo: no Porto é designado por “*câmara de parlamento apartado*”, em Évora por “*camarinha de dentro*”.

¹⁷ Veja-se a descrição feita em 1522, por ocasião da morte de Marcos Pires, em Pedro Dias, *A Arquitectura de Coimbra na transição do gótico para a renascença 1490-1540*, (Coimbra: Edições Portuguesas de Arte e Turismo, 1982), pp. 72-81.

¹⁸ Maria de Lurdes Craveiro, *A Arquitectura “ao romano”*, (Fubu ed., 2009), pp. 111-112.

É neste tipo que se inclui o desaparecido paço quinhentista de Setúbal. Erguido na “praça noua”, identificada como “o melhor e mais nobre lugar da uila”, com projeto debuxado na corte e assinado por Bartolomeu de Paiva, o paço é descrito ao pormenor em documentação coeva. A partir de um primeiro exercício de desenho, em alçado e planta, onde se conjuga toda a informação veiculada pelos diferentes documentos, entrevemos um edifício de grande porte, com fachada rasgada em dupla arcaria, formando a do piso térreo um alpendre e a superior uma varanda.

Ao carácter funcional do alpendre térreo, onde se encontrava o paço do trigo, o açougue e a cadeia, contrapunha-se o carácter nobre do piso superior, destinado a câmara e sala audiências, com varanda “solhada de castanho”, dotada de peitoril e arcos de “sarapanel [...] assentes em colunas com ‘noo na metade laurado darte dos noos que fez as culunas do Mestre nosso senhor na uaranda das suas casas’”. Note-se, de novo, a eleição de um paço nobre como modelo.

Coroavam o edifício “duas grinhas com suas bolas de cobre e bandeyras e auitos de samtiago”. Em 1534, em visita à obra, D. João III ordenava que “os arquos que aviam de ser sarapanees se fizessem Redomdos”. Verdadeiro dispositivo retórico de representação e poder, o “benefício e melhoria” que trazia à vila “pelo nobresjmento que aí se fez” foi aproveitado por D. João III para obrigar todos quantos vivessem na praça ou das suas janelas a avistassem a participar nos custos. A obra foi dada por terminada em 1537.

No mesmo ano iniciava-se a “Nobilissima Caza da Camera de Vila Real”, que hoje só conhecemos por descrição. Mas uma descrição pormenorizada onde todos os parâmetros atrás enumerados saem reforçados:

“Depois de augmentada a povoaçam extramuros se fes nova caza da Camera, à vista das portas principais da muralha formada sobre seis arcos que tem por tres lados. Em sima dellas fica huma baranda com suas colunas de pedra he esta caza, grande, quadrada e muy levantada, cujas paredes sam coroadas de ameeyas em tal forma que representa hum grande castello; entre as jenellas estam gravadas as armas reais como se pratica, douradas e pintadas”¹⁹.

“Como se pratica”, sublinhamos. Não apenas as pedras de armas mas o partido geral. Da sua expansão, geográfica e temporal, dão conta os edifícios concelhios erguidos em Baçaim, na Índia, e Angra do Heroísmo, nos Açores, para recorrer apenas a dois exemplos.

A verdade é que, no decorrer de Quinhentos, o Paço do Concelho torna-se um dispositivo retórico de prestígio e afirmação social compensando, pelo poder da imagem, a perda efetiva de poder que um estado progressivamente mais centralizado e atuante inevitavelmente significava para as elites locais.

¹⁹ Fernando de Sousa e Silva Gonçalves, *Memórias de Vila Real*, (Vila Real: Arquivo Distrital – Câmara Municipal, 1987), 1.º vol., p. 204.



Fig. 1 – Antigos Paços do Concelho de Estremoz (1 e 2), Bragança (3) e Monsaraz (4, 5 e 6)



Fig. 2 – Paços do Concelho de Barcelos, Viana do Castelo, Guimarães, Braga, Freixo de Espada à Cinta e Chaves (os três últimos desaparecidos)

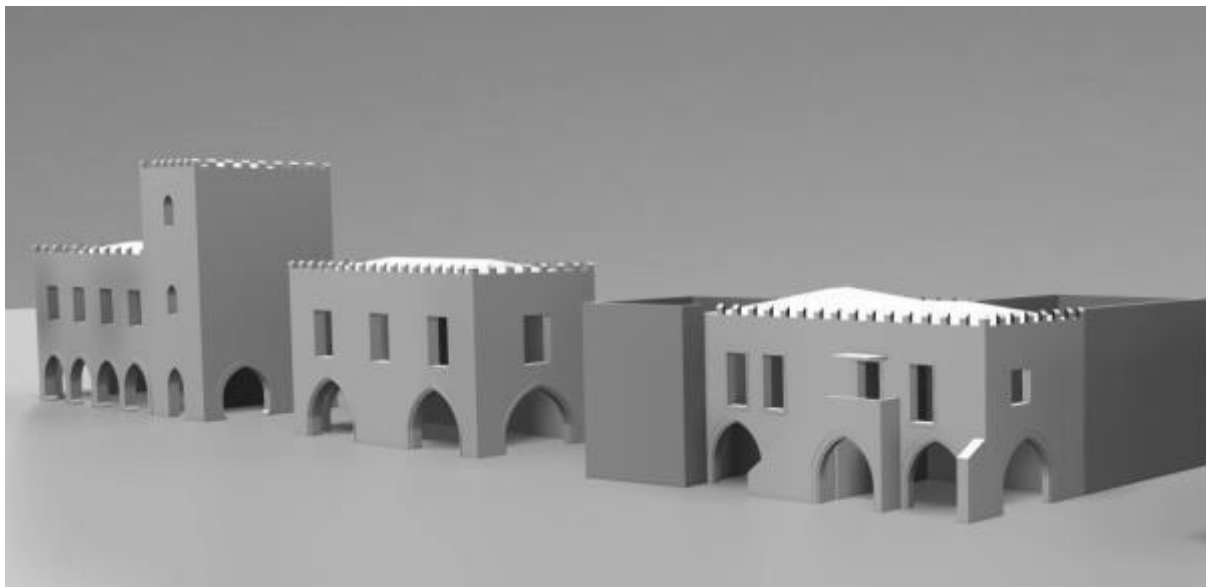


Fig. 3 – Reconstituição hipotética das Casas da Câmara de Barcelos, Viana da Foz do Minho (do Castelo) e Guimarães



Fig. 4 – Paços do Concelho de Monção, Póvoa do Varzim, Vila Flor, Castelo Branco, Vila do Conde e Castelo Novo



Fig. 5 – Paço de Sintra, Paço de Belas (Sintra) e Casa Cordovil (Évora). Paço do Marujal (Montemor-o-Velho), Quinta da Bacalhoa (Azeitão) e Palácio dos Condes de Basto (Évora)

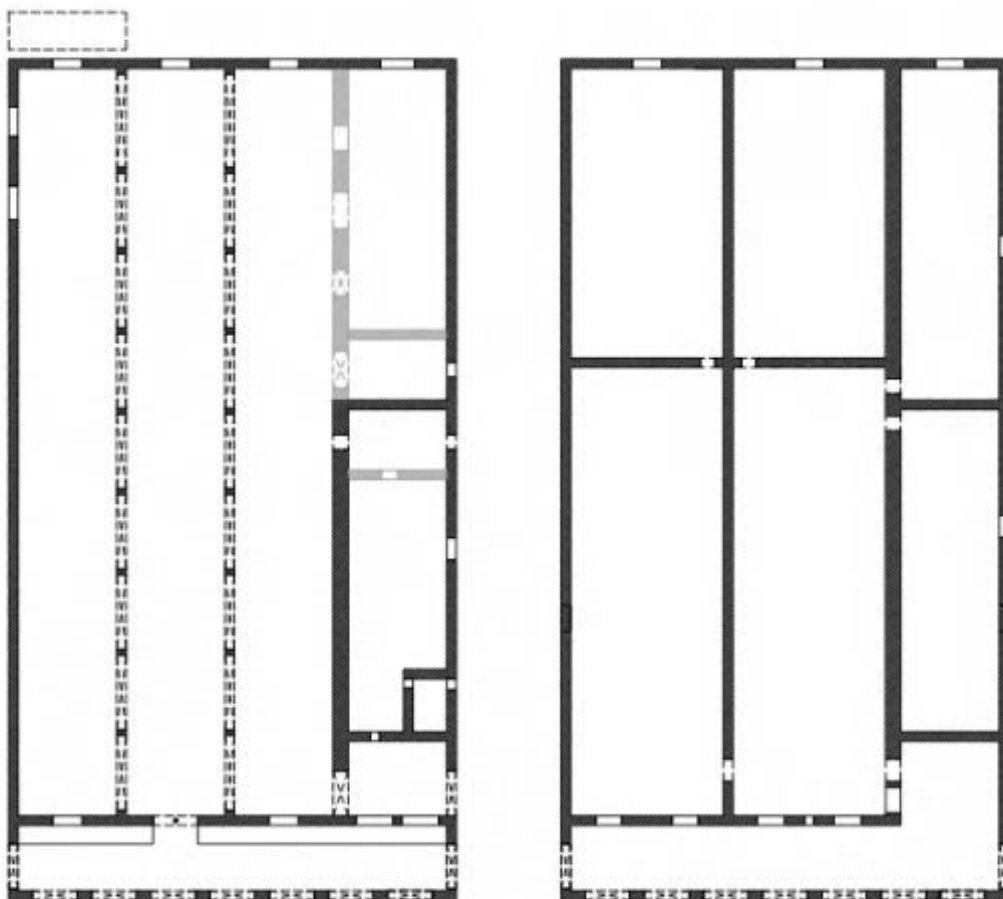


Fig. 6 – Reconstituição hipotética da planimetria da Casa da Câmara de Setúbal (piso térreo e piso nobre)

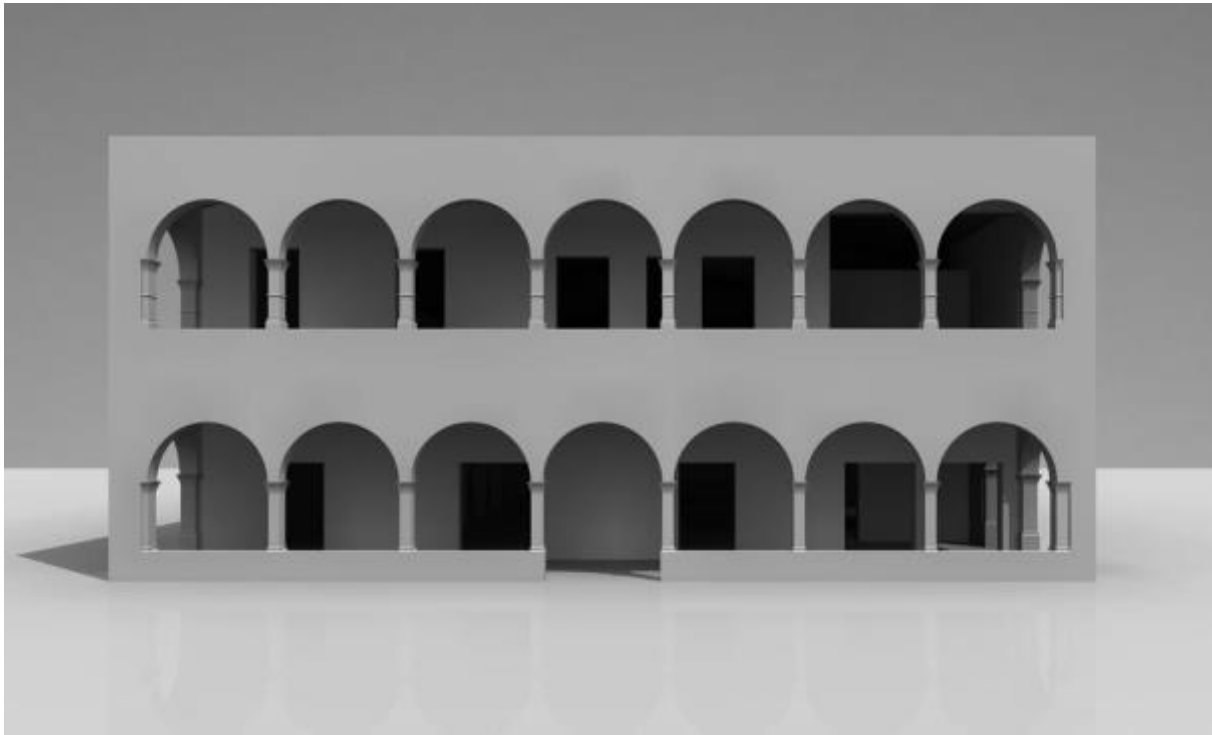


Fig. 7 – Reconstituição hipotética da Casa da Câmara de Setúbal



Fig. 8 – Paços do Concelho de Baçaim (Índia) e Angra do Heroísmo (Açores)

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, António Banha de. *Breve História das ruínas do antigo burgo e concelho de Montemor-o-Novo*. Évora: Grupo dos Amigos de Montemor-o-Novo, 1977.

BASTOS, Artur de Magalhães. “Notas e comentários: os diversos paços do concelho da cidade do Porto”, in *Vereações, anos de 1390-1395: O mais antigo dos Livros de Vereações do Município do Porto existentes no seu Arquivo*. Porto: Câmara Municipal, 1937.

BRAGA, Alberto Vieira. *Administração Seiscentista do Município Vimaranense*. Guimarães: Câmara Municipal, 1992.

CABRAL, Caroline Almeida Aragão. “Casos de Câmara: Quatro Paços na Consolidação de um Modelo.” Dissertação de mestrado, Universidade de Coimbra, 2012.

—. *Casos de Câmara do séc. XV ao séc. XVIII: Uma análise da evolução*. Prova Final de Licenciatura, Universidade de Coimbra, 2003.

CAETANO, Carlos. “As Casas da Câmara dos Concelhos Portugueses e a Monumentalização do Poder Local (Séculos XIV a XVIII).” Tese de doutoramento, Universidade Nova de Lisboa, 2011.

CATALDI, Giancarlo e Roberto Corona (ed.). *Logge e/y Lonjas. I luoghi del commercio nella storia della città. Los lugares para el comercio en la Historia de la ciudad*. Firenze: Alínea, 2002.

COELHO, Maria Helena da Cruz. “O Estado e as Sociedades Urbanas”, in *A Génese do Estado Moderno no Portugal Tardo-Medieval (Séculos XIII-XV)*. Lisboa: UAL, 1999.

CRAVEIRO, Maria de Lurdes. *A Arquitectura “ao romano”*. Fubu Ed., 2009.

DIAS, Pedro. *A Arquitectura de Coimbra na transição do gótico para a renascença 1490-1540*. Coimbra: Edições Portuguesas de Arte e Turismo, 1982.

FERNANDES, Mário Gonçalves. “As plantas ‘De Guimarães’ e ‘De Vila do Conde’, da Biblioteca Nacional do Brasil”, in *III Simpósio Luso-Brasileiro de cartografia histórica, Anais*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.

PEREIRA, Gabriel. *Documentos históricos da cidade de Évora*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, fac-símile da edição de 1885, 1998.

RODRIGUES, Jorge. “Os Paços medievais de Avis”, in *Carlos Alberto Ferreira de Almeida: memoriam*, ed. M. Barroca. Porto: FLUP, 1999.

ROSSA, Walter. “A Cidade Portuguesa”, in *História da Arte Portuguesa*, ed. Paulo Pereira. Lisboa: Círculo de Leitores, 1995.

SILVA, José Custódio Vieira da. *Paços medievais portugueses*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico, 2002.

SOUSA, Fernando de e Gonçalves, Silva. *Memórias de Vila Real*. Vila Real: Arquivo Distrital – Câmara Municipal, 1987.

STEIN-KECKS, Heidrun. “‘Clastrum’ and ‘capitulum’: some remarks on the façade and interior of the chapter house”, in *Der mittelalterliche Kreuzgang: The medieval cloister — le cloître au Moyen Âge, architektur, funktion und programm*. Regensburg: Schell-Steiner, 2003.

TRINDADE, Luísa. “Casas da Câmara ou Paços do Concelho: espaços de poder na cidade tardo-medieval portuguesa”, in *Evolução da paisagem urbana: sociedade e economia*, ed. Arnaldo Sousa Melo e Maria do Carmo Ribeiro. Braga: Citcem, 2012.

—. *Urbanismo na composição de Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013.